- XLIII-**A POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE JUAZEIRO-BA****Mary Adriana dos Santos Evangelista²¹****INTRODUÇÃO**

Até a década de 1980, algumas atividades não eram de responsabilidade do diretor escolar, a exemplo da gestão dos recursos financeiros, da gestão direta dos projetos pedagógicos e da inserção da comunidade escolar nas decisões da escola. Essas mudanças resultaram numa nova forma de agir, por exigir do diretor, conhecimento dos processos de gestão da escola e da legislação educacional, bem como capacidade de negociação de conflitos e garantia da participação do poder público, do coletivo escolar e da comunidade local, com vistas à melhoria do processo educativo (NOVAES, 2018). Nesse contexto, o dirigente escolar é a peça fundamental para o avanço do processo de ensino-aprendizagem, no chão da escola, entretanto, ele, sozinho, não consegue “abrir o Mar Vermelho” e a produção acadêmica é a grande aliada no processo continuado de formação dos gestores escolares, com foco na prática profissional.

Na cidade de Juazeiro-Bahia, a sistemática de escolha dos dirigentes escolares é realizada em 04 (quatro) etapas: avaliação de conhecimentos específicos para o exercício do cargo, avaliação psicológica, eleição pela comunidade escolar e participação no curso de formação para os eleitos, com exigência de 100% (cem por cento) de frequência. O mandato dos eleitos tem duração de 04 (quatro) anos e eles podem ser reconduzidos por mais de um mandato, na mesma escola, desde que eleitos pela comunidade escolar.

Consta no Art. 13 da Lei Municipal de nº 2.713/2017 que regulamentou o processo de escolha dos dirigentes escolares, que no ato da inscrição, os candidatos deverão entregar

²¹ Mestranda em Política e Gestão da Educação – UFBA. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Coordenação Pedagógica. Contato: maryadriana.evangelista@gmail.com.

à Comissão Eleitoral Escolar, que é composta por servidores efetivos, pais de alunos e membros do Conselho Escolar, uma Proposta de Gestão Escolar e Pedagógica que contemple a melhoria da qualidade do ensino e de aprendizagem da escola pretendida, com foco na redução do índice de evasão, repetência e defasagem ano/idade e na busca da evolução dos índices de aprendizagem.

A comunidade escolar, ao analisar a proposta de Gestão Escolar e Pedagógica dos candidatos, no período da campanha eleitoral, e fazer opção por um modelo de gestão, compreende que o gestor escolhido tem capacidade para contribuir com a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem daquela unidade escolar, através da aplicabilidade da Proposta, que perpassa pela práxis pedagógica para promover ações interventoras nos índices educacionais não satisfatórios, na efetiva administração dos recursos financeiros em concordância com o Conselho Escolar, na habilidade para mediar conflitos e gerir as demandas que surgem, rotineiramente, no chão da escola.

Este estudo pretende contribuir com o fortalecimento da política de gestão democrática, com foco no processo formativo dos dirigentes escolares e na participação da comunidade escolar nos processos decisórios para melhoria da educação pública.

METODOLOGIA

Este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a implementação da Política da Gestão Democrática na Cidade de Juazeiro-Ba. Para construção desse ensaio, foi adotado como procedimento metodológico a análise documental de estudos e pesquisas que tratam da temática da gestão democrática do ensino público e da Lei Municipal de nº 2.713/2017 que regulamentou o processo de escolha dos dirigentes escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A democratização da gestão escolar representa um movimento iniciado no Brasil, pós Ditadura Militar (1964-1985), na tentativa de superar procedimentos tradicionais de escolhas de dirigentes escolares baseados no patrimonialismo (MENDONÇA, 2001). O movimento tem produzido avanços significativos com a promoção do envolvimento da comunidade escolar na escolha de seu dirigente, na implantação de conselhos escolares que possuem autoridade deliberativa e fiscal para controle dos recursos financeiros, na mobilização dos

atores da escola na tomada de decisões sobre encaminhamentos e ações, a partir dos objetivos educacionais definidos. Para Libâneo (2012):

Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus estudantes sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens. (p. 42).

Portanto, compreende-se que é pela gestão escolar que se estabelece a unidade, o direcionamento e coerência à ação educacional, nesse sentido, concordamos com Paro (2015) que a gestão escolar assume o papel de mediação no interior da instituição.

As pesquisas científicas confirmam que os gestores escolares que dialogam com seus pares, que promovem consensos, que motivam e envolvem os professores, os servidores administrativos e de apoio, os estudantes e os pais nos processos decisórios, conseguem melhores resultados no processo educacional.

Com efeito, Novaes (2014, p, 60) enfatiza que os resultados pretendidos e alcançados pela escola estão vinculados aos fatores que orientam a gestão escolar:

a) à identificação de prioridades que serão colocadas na agenda de discussão da escola e que integrarão seu planejamento e seu projeto pedagógico, (b) ao marco normativo que orienta as ações da escola, (c) aos procedimentos e estratégias que serão utilizados na implementação das políticas e, (d) os processos que serão utilizados na avaliação.

A gestão escolar, portanto, constitui-se em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade de ensino. Mas, a escolha do gestor pela comunidade escolar, através do voto direto, não garante a permanência e a promoção dos estudantes pelo processo de escolarização qualitativa. O comprometimento com a melhoria dos índices educacionais, no ato da candidatura, exige a materialização destes objetivos, no cotidiano da escola.

Paro (2015) advoga que qualquer diretor escolar deve, antes de tudo, ser um educador. Neste sentido, o gestor escolar que ainda não tem preparo para tomada de decisões sobre quais encaminhamentos e ações resultam em melhores resultados no processo educacional, não poderá contribuir de forma efetiva, para execução das ações prioritárias que resultem em aprendizagens significativas e formação consistentes dos estudantes, em

melhores condições pedagógicas-didáticas para os professores, na compreensão do processo de participação da comunidade escolar e dos conselhos escolares no controle dos recursos financeiros, nas resoluções de conflitos, que surgem no cotidiano de uma escola, enfim, na mediação para a garantia da educação escolar.

CONCLUSÕES

A partir da análise bibliográfica e documental consideramos que, na perspectiva da política de gestão democrática da cidade de Juazeiro-Ba, a apresentação da Proposta de Gestão Escolar e Pedagógica pelo candidato a gestor escolar para apreciação da comunidade escolar, tem o pressuposto de promover a participação de todos que fazem a escola, na definição dos objetivos para solução dos problemas do ensino e da aprendizagem e na proposição de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional. Após a eleição, há um compromisso firmado entre o gestor e a comunidade escolar, através do novo modelo de administração escolar escolhido, com a materialização da proposta de Gestão Escolar e Pedagógica apresentada, no ato de inscrição da candidatura.

A gestão de uma escola envolve conhecimentos, saberes e clareza quanto à forma de perceber as relações pedagógicas, sociais, administrativas, financeiras e legais. Nesse contexto, o fortalecimento da política de gestão democrática perpassa também pelo processo formativo das equipes gestoras, como política educacional, a fim de garantir o efetivo direcionamento e a coerência da ação educacional para o planejamento de ações interventoras viáveis e promotora de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- JUAZEIRO. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 2.713 de 11 de outubro de 2017. Regulamenta o Processo de Certificação e eleição dos Gestores, Vice Gestores e Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Juazeiro. Diário Oficial da Prefeitura do Município de Juazeiro - Ba. Edição 1.083 – Ano 5, pag. 73, 2017. Disponível em <<http://doem.org.br/ba/juazeiro?dt=2017-10-11>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.
- LIBÂNEO, J.C., OLIVEIRA, J.F., TOSCHI, M, S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo. Cortez, 2012.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado Patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. *Educ. Soc.* [online]. 2001, vol.22, n.75, pp.84-108. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000200007>.

NOVAES, Ivan Luiz. Percepção de Diretores Acerca das Atribuições na Gestão Pedagógica de Escolas Municipais de Jacobina (BA). *Educação e Pesquisa (USP. Impresso)*, v. 44, p. 1-15, 2018.

NOVAES, Ivan Luiz. Construção do projeto de pesquisa sobre políticas e gestão educacionais. Salvador: EDUNEB, 2014.

PARO, V. H. Diretor escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA R. S.; SILVA, M. A. Políticas educacionais e concepção de gestão: o que dizem os diretores de escolas de ensino médio do DF. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 34, p. 137-160, 2018.